



TERRORISMO

Dino reage a Israel e diz que PF é soberana

Ministro afirma que prisão de suspeitos de ligação com o Hezbollah não foi por orientação do Mossad, como insinuou o gabinete de Netanyahu. E que investigações são anteriores à guerra no Oriente Médio

» RENATO SOUZA
» VICTOR CORREIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, rebateu, ontem, a nota do gabinete do premiê israelense Benjamin Netanyahu, que deu a entender que o Mossad — o serviço secreto israelense — orientou e a Polícia Federal (PF) executou a prisão das duas pessoas suspeitas de ligação com o Hezbollah, que estariam preparando atentados contra instituições da comunidade judaica brasileira. Segundo Dino, a investigação que resultou na Operação Trapiche começou antes da guerra de Israel contra o Hamas.

“O Brasil é um país soberano. A cooperação jurídica e policial existe de modo amplo, com países de diferentes matizes ideológicos, tendo por base os acordos internacionais. Nenhuma força estrangeira manda na Polícia Federal do Brasil. E nenhum representante de governo estrangeiro pode pretender antecipar resultado de investigação conduzida pela Polícia Federal, ainda em andamento”, registrou o ministro em publicação no X (antigo Twitter).

Dino não citou o governo de Israel na manifestação na rede social. A jornalista, após a celebração da formação da Ameripol — entidade que congregará as forças de segurança das Américas —, o ministro assegurou que os agentes federais investigavam suspeitas de planos para ataques terroristas no Brasil. No inquérito, a PF recebeu relatórios de Israel e dos Estados Unidos sobre os presos na Trapiche. A corporação também não ligou os suspeitos ao Hezbollah.

Segundo Dino, a PF atua técnica e cautelosamente, e com respeito aos direitos dos investigados. “Consideramos ser indevida qualquer tentativa de politização, seja na arena interna, seja na arena internacional. Quando há uma cooperação policial, jurídica, de que o Brasil participa, respeitamos a soberania das instituições dos outros países. Nesse caso concreto, identificamos sinais de que poderia estar

havendo uma incompreensão visando vincular essa operação policial às tragédias no Oriente Médio”, explicou.

O ministro ainda classificou como uma “ingerência indevida” a conclusão sobre a responsabilidade dos presos. “Os delegados da PF e a polícia brasileira são suficientemente competentes para discernir indício técnico daquilo que, eventualmente, poderia ser de interesse político”, frisou.

A PF também repudiou a nota do gabinete de Netanyahu. “Manifestações dessa natureza violam as boas práticas da cooperação internacional e podem trazer prejuízos a futuras ações”, salientou.

Embaixador

O mal-estar causado pela nota do gabinete israelense se soma ao incômodo que o Palácio do Planalto e o Ministério das Relações Exteriores vêm manifestando nos bastidores com as movimentações e acusações feitas pelo embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine. Na quarta-feira, ele se reuniu com a bancada bolsonarista na Câmara dos Deputados a pretexto de mostrar imagens do ataque do grupo terrorista Hamas ao território israelense, em 7 de outubro. O ex-presidente esteve presente à sessão.

Porém, segundo Zonshine, o encontro com Jair Bolsonaro foi por acaso. “A reunião de ontem (quarta-feira) no Congresso teve como intenção mostrar as atrocidades do 7 de outubro cometidas pelos terroristas do Hamas. Um material muito bruto e sensível. Convidamos parlamentares e apenas parlamentares. A presença do ex-presidente não foi coordenada pela Embaixada de Israel e não era de nosso conhecimento antes da reunião”, disse o embaixador, em nota.

Mas, em recente entrevista, Zonshine afirmou que o Hezbollah só atua no Brasil “porque tem gente que os ajuda”. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva interpretou o comentário como uma retaliação à posição da diplomacia brasileira.

Isaac Amorim/MJSP

Brasília, 9 de novembro de 2023



Ministro salientou que a PF atua de forma técnica, cautelosa e sem atropelar os direitos dos investigados

MRE garante saída de Gaza

» HENRIQUE LESSA

O grupo de 36 brasileiros na Faixa de Gaza cruza hoje a fronteira com o Egito. Fontes do Ministério das Relações Exteriores asseguraram ao **Correio**, ontem à noite, que os nomes estão incluídos na lista de estrangeiros autorizados a passarem por Rafah. A liberação é resultado das gestões do chanceler Mauro Vieira, que conversou pela quarta vez com o congêneres israelense Eli Cohen a respeito dos brasileiros.

No contato com Vieira, Cohen tinha prometido que os brasileiros entrariam na lista de liberação para hoje. O Itamaraty, porém, vinha tratando dessa possibilidade com algum ceticismo, pois, na semana passada, os dois

conversaram e o chanceler brasileiro recebeu a garantia da liberação, que não se confirmou.

Cohen teria justificado ao chanceler brasileiro que o atraso foi em função do fechamento da fronteira pelo Egito — realizado em protesto depois que Israel bombardeou um comboio de ambulâncias do Crescente Vermelho, entidade que atua nos países islâmicos equivalente à Cruz Vermelha Internacional. Uma das brasileiras esperanças com a liberação para cruzar a fronteira com o Egito é Samira Hasan, que quer deixar Gaza com o filho de um ano. Uma vez dentro do país árabe, o grupo será conduzido ao Cairo, capital do país, onde um jato da Presidência da

República o aguarda para que seja repatriado.

Enquanto Cohen prometia incluir os brasileiros na lista, o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, disse que seu país não tem responsabilidade pela elaboração da relação de nomes que podem cruzar a fronteira com o Egito. Ele atribuiu a demora pela saída dos estrangeiros ao país vizinho e ao Hamas.

A movimentação e as opiniões de Zonshine vêm irritando o governo brasileiro, mas fontes do Itamaraty asseguram que não vão convocá-lo para explicações. Os diplomatas consideram que, nesse instante, a volta dos brasileiros retidos em Gaza é prioritária. **(Colaboraram Rodrigo Craiveiro e Renato Souza)**

TECNOLOGIA

Para estudo, Brasil está perdendo a corrida da IA

» VINICIUS DORIA

O rápido avanço da inteligência artificial (IA) em todo o mundo está empurrando o Brasil para o ponto de não retorno: ou o país investe mais fortemente na qualificação de mão de obra, na regulação e em políticas públicas voltadas para a nova tecnologia ou corre o risco de perder o trem da história — e ficar para trás em relação aos países que, hoje, são vanguarda nesse salto tecnológico. O risco é de um “declínio tecnológico sem precedentes”, segundo alerta da Academia Brasileira de Ciências (ABC), em relatório divulgado ontem.

“Sem investimentos adequados e políticas públicas duradouras e apropriadas, o quadro global de IA pode empurrar o Brasil para um declínio tecnológico sem precedentes. A lacuna entre os países que estão na vanguarda de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) em IA e os demais cresce a taxas exponenciais. É imperativo que o Brasil estabeleça políticas públicas e investimentos para reverter essa tendência sem demora”, aponta a ABC.

O relatório *Recomendações para o avanço da inteligência artificial no Brasil* — elaborado por um grupo de cientistas — mapeou os principais gargalos que o desenvolvimento da IA enfrenta no país. Um dos maiores problemas apontados pelos pesquisadores está na formação de mão de obra qualificada. Enquanto em países mais desenvolvidos as universidades contam com centros multidisciplinares de IA, aqui “a falta de conhecimento perpetuará uma dependência cada vez maior das grandes corporações e dos países dominantes da tecnologia”.

Benefícios

A IA é utilizada em múltiplas aplicações, uma ferramenta cada vez mais necessária não só para resolver problemas reais como para sustentar avanços nas diversas áreas do conhecimento. Para os pesquisadores, muitos setores da economia brasileira e serviços públicos serão beneficiados pela IA. Saúde, energia, sistema financeiro, biodiversidade e biotecnologia, agricultura, educação, competitividade empresarial, pesquisa científica e governança do setor público são alguns exemplos elencados pelo relatório.

“Quando você usa o Wase, o ChatGPT, o Instagram, os serviços bancários, todos usam algoritmos de IA. No Brasil, essa discussão ainda é limitada. É preciso ter um debate público. Os investimentos são praticamente ausentes”, disse ao **Correio** o coordenador do relatório, o pesquisador do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Virgílio Almeida.

Além da falta de investimentos, os pesquisadores alertam que a falta de regras claras é um grave fator de risco ao desenvolvimento da tecnologia em todo o mundo. Por isso, os cientistas apontam que os sistemas baseados em IA vão requerer “supervisão humana”.

Outro alerta diz respeito aos riscos do uso sem controle à privacidade das pessoas e aos interesses da coletividade. Sem amarras éticas e legais, a IA produz danos como “violações de privacidade, criação de ambientes anticompetitivos, manipulação de comportamentos e ocorrência de desastres ambientais” — exemplos citados no relatório.

AVIAÇÃO

Santos Dumont volta a receber voos de Brasília

» ANA MARIA CAMPOS

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, revogou a resolução do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) que limitava a operação do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, a voos com chegadas e partidas a um raio de 400km. Segundo informações do Governo do Distrito Federal, o ministro atendeu a um pedido do governador Ibaneis Rocha, depois de várias reuniões e debates que contaram, também, com a participação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

“A limitação dos voos para o Santos Dumont estava prejudicando essa importante ligação entre Brasília e o Rio de Janeiro. A revogação vem em boa hora. O ministro Sílvio Costa teve

sensibilidade em atender o nosso pedido e quem ganha é a população”, disse o governador Ibaneis Rocha.

A previsão é de que a revogação da resolução seja publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* nos próximos dias. Com a decisão, o Santos Dumont passa a operar sem restrição de destinos, mas com um limite de 6,5 milhões de passageiros, medida que passará a vigorar a partir de janeiro.

Conexão

O secretário de Turismo do Distrito Federal, Cristiano Araújo, destaca que a capital federal opera como importante ponto de conexão entre aeroportos nacionais e internacionais, especialmente por estar situada no centro do país. “O Aeroporto de Brasília é

Divulgação (Casa Civil)



Resolução do Conac limitava operação do aeroporto no centro do Rio de Janeiro a voos dentro de um raio de 400km

uma parada estratégica pela sua centralidade. Essa não era uma demanda exclusiva do Governo do DF, mas de toda a nossa população que volta a ter essa alternativa para voos com destino ao Rio de Janeiro”, explicou.

Atualmente, a capital federal conta com o único terminal

brasileiro com voos para os 26 estados e duas pistas operando simultaneamente. Isso permite a conexão de milhões de passageiros aos mais diferentes destinos nacionais e internacionais.

Dados divulgados pelo Ministério do Turismo mostram que, de janeiro a setembro

deste ano, chegaram a Brasília 35.418 turistas de fora do país, sendo 12.771 da América do Norte (36,06%) e 10.449 da Europa (29,5%). Esse número é 89,76% maior que o registrado no mesmo período do ano passado, quando houve um total de 18.665 turistas internacionais.